

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA (ES)

CONCURSO PÚBLICO 001/2018

EDITAL nº 001/2018

PROCURADOR JURÍDICO

ORGANIZADORA:



"A persistência é o caminho do êxito".

Charles Chaplin.

CADERNO DE PROVAS

Caro(a) Candidato(a): **Antes de iniciar a prova leia atentamente as instruções a seguir:**

1. Este caderno contém 90 (noventa) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C e D). A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a).
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: “**ASSINATURA**”, utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
6. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
7. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas “**ASSINADO**”, ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminado(a)** e não terá classificação alguma no concurso público.
8. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **180 (cento e oitenta) minutos do início das provas.**
9. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 8.5 e no subitem 8.7 do edital 001/2018.
10. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do concurso público.
11. O desrespeito às normas que regem o presente concurso público, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
12. Aguarde a ordem do aplicador para iniciar a prova.
13. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatório.
14. O candidato, após a divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva, que será feita às **18 horas** do dia **03/09/2018**, no site www.gualimp.com.br, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar, nos dias **04/09/2018 e 05/09/2018.**

NÃO ESQUEÇA!


Ao sair, entregue o cartão de respostas devidamente assinado.

BOA PROVA!!!

ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO É PARA SER UTILIZADO SOMENTE COMO RASCUNHO.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.

CARTÃO RESPOSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA - ES
CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Nome: _____ Local: _____
Cargo: _____ Data: 02/09/2018 Turno: _____
Sala: _____ Nº de inscrição: _____

* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando-se ultrapassar o círculo;
* O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido, evitando-se ultrapassar o círculo;
* Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;
* Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;
É NECESSIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DOS DADOS DE SEU CARTÃO DE RESPOSTA

TIPO DE PROVA
PROVA PADRÃO

01 (A) (B) (C) (D)	26 (A) (B) (C) (D)	51 (A) (B) (C) (D)	76 (A) (B) (C) (D)
02 (A) (B) (C) (D)	27 (A) (B) (C) (D)	52 (A) (B) (C) (D)	77 (A) (B) (C) (D)
03 (A) (B) (C) (D)	28 (A) (B) (C) (D)	53 (A) (B) (C) (D)	78 (A) (B) (C) (D)
04 (A) (B) (C) (D)	29 (A) (B) (C) (D)	54 (A) (B) (C) (D)	79 (A) (B) (C) (D)
05 (A) (B) (C) (D)	30 (A) (B) (C) (D)	55 (A) (B) (C) (D)	80 (A) (B) (C) (D)
06 (A) (B) (C) (D)	31 (A) (B) (C) (D)	56 (A) (B) (C) (D)	81 (A) (B) (C) (D)
07 (A) (B) (C) (D)	32 (A) (B) (C) (D)	57 (A) (B) (C) (D)	82 (A) (B) (C) (D)
08 (A) (B) (C) (D)	33 (A) (B) (C) (D)	58 (A) (B) (C) (D)	83 (A) (B) (C) (D)
09 (A) (B) (C) (D)	34 (A) (B) (C) (D)	59 (A) (B) (C) (D)	84 (A) (B) (C) (D)
10 (A) (B) (C) (D)	35 (A) (B) (C) (D)	60 (A) (B) (C) (D)	85 (A) (B) (C) (D)
11 (A) (B) (C) (D)	36 (A) (B) (C) (D)	61 (A) (B) (C) (D)	86 (A) (B) (C) (D)
12 (A) (B) (C) (D)	37 (A) (B) (C) (D)	62 (A) (B) (C) (D)	87 (A) (B) (C) (D)
13 (A) (B) (C) (D)	38 (A) (B) (C) (D)	63 (A) (B) (C) (D)	88 (A) (B) (C) (D)
14 (A) (B) (C) (D)	39 (A) (B) (C) (D)	64 (A) (B) (C) (D)	89 (A) (B) (C) (D)
15 (A) (B) (C) (D)	40 (A) (B) (C) (D)	65 (A) (B) (C) (D)	90 (A) (B) (C) (D)
16 (A) (B) (C) (D)	41 (A) (B) (C) (D)	66 (A) (B) (C) (D)	91 (A) (B) (C) (D)
17 (A) (B) (C) (D)	42 (A) (B) (C) (D)	67 (A) (B) (C) (D)	92 (A) (B) (C) (D)
18 (A) (B) (C) (D)	43 (A) (B) (C) (D)	68 (A) (B) (C) (D)	93 (A) (B) (C) (D)
19 (A) (B) (C) (D)	44 (A) (B) (C) (D)	69 (A) (B) (C) (D)	94 (A) (B) (C) (D)
20 (A) (B) (C) (D)	45 (A) (B) (C) (D)	70 (A) (B) (C) (D)	95 (A) (B) (C) (D)
21 (A) (B) (C) (D)	46 (A) (B) (C) (D)	71 (A) (B) (C) (D)	96 (A) (B) (C) (D)
22 (A) (B) (C) (D)	47 (A) (B) (C) (D)	72 (A) (B) (C) (D)	97 (A) (B) (C) (D)
23 (A) (B) (C) (D)	48 (A) (B) (C) (D)	73 (A) (B) (C) (D)	98 (A) (B) (C) (D)
24 (A) (B) (C) (D)	49 (A) (B) (C) (D)	74 (A) (B) (C) (D)	99 (A) (B) (C) (D)
25 (A) (B) (C) (D)	50 (A) (B) (C) (D)	75 (A) (B) (C) (D)	100 (A) (B) (C) (D)

Assinatura do Candidato

Nº DE INSCRIÇÃO

OBS.: O candidato deverá OBRIGATORIAMENTE, entregar seu cartão de respostas preenchido e ASSINADO, sob pena de ter seu cartão de respostas ANULADO. (item 8.11 do edital 001/2018)

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) Na descentralização, a função administrativa é exercida no âmbito interno do ente, por meio de seus órgãos.
- (B) É correto afirmar que não existe relação de hierarquia na desconcentração administrativa.
- (C) As autarquias e fundações possuem como função precípua a exploração da atividade econômica e seus trabalhadores são regidos pelas disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (D) A descentralização por delegação ocorre por concessão ou permissão, exclusivamente.

02. Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, dependendo, assim, de comprovação de dano, culpa e nexo causal.
- (B) É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e subjetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (C) O Estado será obrigado a reparar os danos que causar, ainda que a culpa seja integralmente atribuída à vítima.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

03. Marque a alternativa que não representa um elemento do Ato Administrativo:

- (A) Publicidade.
- (B) Motivo.
- (C) Competência.
- (D) Forma.

04. De acordo com a teoria das nulidades e extinção dos Atos Administrativos, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É passível de convalidação o Ato Administrativo com vício de competência delegável.
- (B) A extinção de Ato Administrativo por revogação é feita pela própria administração e gera efeitos *ex nunc*.
- (C) É passível de convalidação o Ato Administrativo com vício de competência indelegável.
- (D) A extinção de Ato Administrativo por Anulação pode ser feita pelo Poder Judiciário e gera efeitos *ex tunc*.

05. “O poder da administração pública que autoriza o Estado a restringir direitos, bens e atividades dos particulares em prol do interesse coletivo”. Com base nessa afirmativa, assinale a opção que apresenta o poder descrito:

- (A) Poder disciplinar.
- (B) Poder de polícia.
- (C) Poder regulamentar.
- (D) Poder hierárquico.

06. De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa que não representa uma hipótese em que é dispensável a licitação:

- (A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (D) Nos casos de decretação de estado de emergência.

07. O artigo 56 da Lei nº 8.666/93 dispõe que “a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.” A partir desta disposição, assinale a alternativa que não representa uma garantia a ser escolhida pelo Contratado:

- (A) Fiança bancária.
- (B) Seguro Garantia.
- (C) Fiança pessoal.
- (D) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

08. Em relação à desapropriação por utilidade pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- (B) Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- (C) A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
- (D) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

09. Sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito o recebimento ou aceitação de promessa de vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou prática de jogos de azar, de narcotráfico ou de contrabando.
- (B) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão voltada a retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito a incorporação, por qualquer forma, ao patrimônio particular, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, somente dolosa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas.

10. A Administração Pública poderá adotar, para a aquisição de bens e serviços comuns, a licitação na modalidade de pregão. Segundo as normas que regem o pregão, é correto afirmar que:

- (A) Na fase preparatória, a autoridade competente promoverá a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
- (B) Na fase externa, serão definidas as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- (C) Na modalidade de pregão é vedada a exigência de garantia de proposta e de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- (D) O pregão deverá ser realizado presencialmente, sendo vedada a utilização de recursos de tecnologia da informação, a fim de garantir a lisura do certame.

11. Nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93, são conferidas à Administração as seguintes prerrogativas, EXCETO:

- (A) Rescindi-los, unilateralmente, em caso de atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- (B) Alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias, sem prévia concordância do contratado, para melhor adequação às finalidades do interesse público.
- (C) Fiscalizar-lhes diretamente à execução.
- (D) Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelamento administrativo de faltas contratuais.

12. Sobre as sanções passíveis de aplicação em caso de inexecução total ou parcial do contrato administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Administração poderá aplicar multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, limitada ao valor da garantia prestada.
- (B) A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderá ser aplicada juntamente com a multa.
- (C) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- (D) Declarada a inidoneidade para licitar ou contratar, a reabilitação poderá ser requerida após dois anos da aplicação da penalidade.

13. Os serviços públicos deverão ser prestados pelo Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. Sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, é correto afirmar que:

- (A) As concessões são concedidas em caráter precário, mediante a celebração de contrato administrativo.
- (B) Não está caracterizada a descontinuidade do serviço público quando a sua interrupção for motivada por razões de ordem técnica, dispensado o prévio aviso.
- (C) É admitida a subconcessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, cuja outorga será sempre precedida de concorrência.
- (D) A concessão poderá ser extinta por encampação, assim considerada como a retomada do serviço pelo poder concedente por motivo de interesse público, durante o prazo da concessão, independentemente de prévia indenização pelos investimentos vinculados aos bens reversíveis.

14. De acordo com as normas que disciplinam às Parcerias Público-Privadas (PPP's), marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (B) O prazo de vigência do contrato não será inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (C) Não constitui parceria público-privada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas que não envolvam a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- (D) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

15. O Poder Público pode, com base no interesse público e em prol da coletividade, estabelecer restrições e limitações ao direito de propriedade. Sobre as modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada, é correto afirmar que:

- (A) A requisição administrativa pressupõe a existência de perigo público iminente, podendo recair sobre bens móveis, imóveis e serviços, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (B) A servidão administrativa poderá ser instituída sobre bem móvel ou imóvel, com o objetivo de assegurar a realização e/ou conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública.
- (C) Somente poderão ser objeto de tombamento os bens móveis e imóveis pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.
- (D) As limitações administrativas visam impor obrigações negativas aos particulares, de caráter transitório, a fim de conciliar os interesses individuais aos coletivos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. De acordo com a Constituição Federal, podem, dentre outros, propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- (A) Qualquer partido político e um terço do Senado Federal.
- (B) O Presidente do Congresso Nacional e o Prefeito de qualquer dos Municípios nacionais.
- (C) A maioria absoluta da Câmara dos Deputados e o Ministério Público Federal.
- (D) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

17. Em relação à emenda à Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- (B) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.
- (C) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

18. De acordo com a Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- (A) A forma republicana do Estado.
- (B) Os direitos sociais.
- (C) A separação dos Poderes.
- (D) O voto obrigatório.

19. Assinale a alternativa cuja competência privativa seja da Câmara dos Deputados:

- (A) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (B) Autorizar o Presidente da República a declarar guerra ou a celebrar a paz.
- (C) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- (D) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

20. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) Trânsito e transporte.
- (C) Proteção à infância e à juventude.
- (D) Previdência social, proteção e defesa da saúde.

21. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal:

- (A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades de caráter público e privado.
- (D) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

22. De acordo com a Constituição Federal, é condição de elegibilidade a idade mínima de:

- (A) Trinta anos para Senador.
- (B) Trinta anos para Governador de Estado.
- (C) Vinte e um anos para Vereador.
- (D) Vinte e cinco anos para Deputado Federal.

23. Em relação aos Partidos Políticos, assinale a alternativa correta:

- (A) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- (B) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos de caráter regional.
- (C) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
- (D) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que preste contas periodicamente ao Tribunal Superior Eleitoral.

24. Assinale a alternativa que não contem matéria de competência originária do Supremo Tribunal Federal:

- (A) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (B) Infrações penais comuns praticadas pelo Presidente da República.
- (C) Extradicação solicitada por Estado estrangeiro.
- (D) Crimes comuns praticados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

25. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que não representa um direito assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos:

- (A) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado.
- (B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

26. São símbolos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- (A) A bandeira. (B) O hino. (C) O território. (D) As armas.

27. Em relação à Administração Pública, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal:

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
(B) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
(C) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
(D) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

28. De acordo com a Constituição Federal, são condições de elegibilidade, na forma da lei, EXCETO:

- (A) O pleno exercício dos direitos políticos.
(B) O domicílio eleitoral na circunscrição.
(C) O alistamento eleitoral.
(D) A condição de brasileiro nato.

29. Nos termos da Constituição Federal, os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem, serão reguladas em:

- (A) Medida Provisória.
(B) Decreto Presidencial.
(C) Lei Complementar.
(D) Lei Ordinária

30. Nos termos da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, EXCETO:

- (A) Moralidade. (B) Conveniência. (C) Eficiência. (D) Publicidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Diante das normas de competência interna, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A competência para processar e julgar a ação fundada em direito real sobre bens móveis é, em regra, do foro de domicílio do réu.
(B) O foro de situação da coisa é o competente para processar e julgar as ações fundadas em direito real sobre bens imóveis.
(C) A competência para processar e julgar a ação em que se pedem alimentos é do foro de domicílio do alimentante.
(D) Compete ao foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita processar e julgar a ação em que se lhe exigir o cumprimento.

32. Assinale a alternativa correta:

- (A) O incapaz será representado em juízo por seus pais ou, na ausência destes, por tutor, sendo vedada a nomeação de curador especial.
- (B) Qualquer um dos cônjuges pode propor ação que verse sobre direito real imobiliário, independentemente do consentimento do outro.
- (C) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte autora, o processo deverá ser imediatamente extinto, sem resolução do mérito.
- (D) O réu preso revel deverá ser representado por curador especial, nomeado pelo juiz, enquanto não for constituído advogado.

33. As condutas a seguir são consideradas litigância de má-fé, EXCETO:

- (A) Usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- (B) Alterar o endereço residencial ou profissional para o recebimento de intimações.
- (C) Provocar incidente manifestamente infundado.
- (D) Interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

34. Julgue as assertivas a seguir, referentes aos benefícios da gratuidade de justiça:

- I. O pedido de gratuidade da justiça deve ser formulado na petição inicial ou na contestação, sob pena de preclusão.
- II. Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento ou, quando a questão for resolvida na sentença, apelação.
- III. A gratuidade de justiça compreende as taxas ou custos judiciais, as despesas com publicações na imprensa oficial, os depósitos previstos em lei para a interposição de recurso e as multas processuais eventualmente impostas.
- IV. Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.

35. De acordo com o CPC/15, são hipóteses de intervenção de terceiros, EXCETO:

- (A) A assistência.
- (B) A oposição.
- (C) A denúncia da lide.
- (D) O *amicus curiae*.

36. Assinale a alternativa que corresponda à uma das hipóteses de suspeição do juiz:

- (A) Quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- (B) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- (C) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- (D) Quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

37. Estão incluídos no conceito de Auxiliares da Justiça, EXCETO:

- (A) O escrivão, o Chefe de Secretaria e o Oficial de Justiça.
- (B) O Perito, o Depositário e o Administrador.
- (C) As Testemunhas e os Advogados.
- (D) Os Conciliadores e Mediadores Judiciais.

38. Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Inexistindo preceito legal ou determinação do juiz, o prazo para a prática do ato processual pela parte será de cinco dias.
- (B) O juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses quando o transporte na comarca, seção ou subseção for difícil.
- (C) O prazo para todas as manifestações dos litisconsortes que possuam procuradores distintos, de escritórios de advocacia diferentes, será contado em dobro.
- (D) Quando a intimação se der por oficial de justiça, o prazo começará a correr da data de sua ocorrência.

39. Julgue as assertivas a seguir, relativas às normas processuais de citação:

- I. A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, desde que ordenada por juízo competente.
- II. É nula a citação do cônjuge, do companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, quando realizada no dia do falecimento ou nos 7 (sete) dias seguintes.
- III. O comparecimento espontâneo do réu supre a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação.
- IV. Quando a pessoa a ser citada for incapaz, a citação não poderá ser feita pelo correio.

Estão erradas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.

40. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- (B) O processo será extinto quando for concedida a tutela antecipada, requerida em caráter antecedente, e contra a decisão que a concedeu não for interposto o respectivo recurso.
- (C) Efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o autor possui o prazo de trinta dias para a formulação do pedido principal, sob pena de cessação da eficácia da tutela concedida.
- (D) A tutela da evidência poderá ser concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e desde que demonstrado o risco ao resultado útil do processo.

41. São hipóteses de suspensão do processo, **EXCETO**:

- (A) A morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- (B) O período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- (C) Arguição de impedimento ou de suspeição.
- (D) O advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

42. Assinale a alternativa que não representa uma das hipóteses de indeferimento da petição inicial:

- (A) Parte manifestamente ilegítima.
- (B) Carência de interesse processual.
- (C) Pedido contrário a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ausência de pedido ou causa de pedir.

43. Sobre a produção de provas é correto afirmar que:

- (A) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, sendo permitida, em qualquer hipótese, a distribuição diversa do ônus probatório, mediante convenção das partes.
- (B) Cumpre à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, sendo vedado ao juiz ordená-lo de ofício.
- (C) A arguição de falsidade pode ser suscitada a qualquer momento e em qualquer instância.
- (D) A inércia do advogado da parte em informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, importa na desistência da sua inquirição.

44. O processo judicial será extinto, com resolução do mérito, quando o juiz:

- (A) Homologar a transação entre as partes.
- (B) Indeferir a petição inicial.
- (C) Homologar a desistência da ação.
- (D) Verificar a ausência de legitimidade processual.

45. Segundo as normas processuais que disciplinam o recurso extraordinário, é correto afirmar que:

- (A) O presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido não pode negar seguimento ao recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal, ainda que exarado no regime de repercussão geral, sob pena de usurpação de competência.
- (B) Contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer de recurso extraordinário por ausência de repercussão geral da questão constitucional nele versada caberá agravo regimental.
- (C) Não cabe agravo contra a decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido quando a inadmissão do recurso extraordinário estiver fundada na aplicação de entendimento firmado em sede de repercussão geral.
- (D) Publicado o acórdão paradigma, proferido em regime de repercussão geral, os recursos extraordinários sobrestados na origem, ainda que o acórdão recorrido coincida com a orientação do tribunal superior, deverão ser remetidos ao Supremo Tribunal Federal para a realização do juízo de admissibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

46. São espécies das despesas de capital, EXCETO:

- (A) Inversões financeiras.
- (B) Transferências de capital.
- (C) Investimentos.
- (D) Despesas de custeio.

47. Em relação à Lei do Orçamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (B) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito.
- (C) Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.
- (D) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios de unidade universalidade e anualidade.

48. As despesas com a constituição de fundos rotativos referem-se a:

- (A) Inversões financeiras.
- (B) Despesas de custeio.
- (C) Transferências de capital.
- (D) Investimentos.

49. Julgue as assertivas a seguir:

- I. As dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais são consideradas subvenções econômicas.
- II. A Lei de Orçamento consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos.
- III. As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- IV. Havendo órgão central de orçamento, as demonstrações da receita arrecadada serão remetidas trimestralmente.

Assinale a seguir a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e III estão corretas.
- (C) II e IV estão corretas.
- (D) II e III estão incorretas.

50. Considera-se renúncia de receita, EXCETO:

- (A) Alteração da alíquota do IPI.
- (B) Crédito presumido do ICMS.
- (C) Subsídio.
- (D) Anistia.

51. A definição do refinanciamento da dívida mobiliária é:

- (A) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (C) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (D) Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

52. Em relação ao sistema tributário nacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem decreto que o estabeleça.
- (B) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

53. Compete à União instituir impostos sobre, EXCETO:

- (A) Grandes fortunas.
- (B) Propriedade territorial rural.
- (C) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (D) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

54. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Neste sentido, são princípios da atividade econômica, EXCETO:

- (A) Propriedade privada.
- (B) Propriedade pública.
- (C) Livre concorrência.
- (D) Função social da propriedade.

55. São modalidades de extinção do crédito tributário, EXCETO:

- (A) Compensação.
- (B) Conversão de depósito em renda.
- (C) Moratória.
- (D) Prescrição.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

56. Em relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Penal:

- (A) A lei posterior, que de qualquer modo desfavorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- (C) A lei excepcional ou temporária aplica-se exclusivamente ao fato praticado e julgado durante sua vigência.
- (D) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

57. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A limitação de fim de semana é uma pena restritiva de direitos prevista no Código Penal.
- (B) As penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando a pena aplicada não for superior a oito anos.
- (C) Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
- (D) Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

58. Pratica o crime de concussão aquele que:

- (A) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

59. Em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício.
- (B) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito poderá sem ela ser iniciado, com intimação da vítima para posterior representação.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

60. De acordo com o Código de Processo Penal, marque a alternativa correta no que se refere à Ação Penal:

- (A) A representação é retratável, ainda que já oferecida à denúncia.
- (B) Ao ofendido, a quem tenha qualidade para representá-lo ou ao Ministério Público caberá intentar a ação privada.
- (C) É facultado ao Ministério Público a desistência da Ação Penal.
- (D) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

61. De acordo com o Código Civil, pode-se afirmar, em relação ao empresário:

- (A) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, ainda que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
- (B) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (C) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede pode se dar antes ou após o início de sua atividade.
- (D) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

62. Em relação à prescrição, marque a alternativa correta:

- (A) É cabível a renúncia tácita da prescrição.
- (B) Os prazos prescricionais podem ser alterados mediante acordo das partes.
- (C) Sendo a prescrição pessoal, caso iniciada contra uma pessoa não poderá continuar a correr contra o seu sucessor.
- (D) Correrá a prescrição entre ascendentes e descendentes, ainda que durante o poder familiar.

63. Marque a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código Civil:

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (B) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.
- (C) A capacidade dos indígenas é regulada pelo próprio Código Civil.
- (D) O exercício de emprego público efetivo cessará, para os menores, a incapacidade.

64. De acordo com o Código Civil, marque a alternativa INCORRETA em relação à invalidade do negócio jurídico:

- (A) Será nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (B) O negócio jurídico será nulo quando não revestir a forma prescrita em lei.
- (C) Se preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade, será nulo o negócio jurídico.
- (D) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.

65. No que se refere à responsabilidade civil, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (C) Os pais não serão responsáveis pela reparação civil por danos causados pelos filhos menores, ainda que sob sua autoridade e em sua companhia.
- (D) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

66. O Estatuto da Cidade estabelece as normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Para a consecução dessas finalidades, os Municípios, no âmbito do planejamento municipal, poderão valer-se dos seguintes instrumentos, EXCETO:

- (A) Instituição de plano diretor.
- (B) Disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo.
- (C) Realização de zoneamento ambiental.
- (D) Estabelecimento de normas gerais de direito urbanístico.

67. São diretrizes específicas para as políticas de desenvolvimento econômico, fixadas pelo Plano Diretor do Município de Nova Venécia, EXCETO:

- (A) Priorizar planos, programas e projetos que visem à geração de empregos e renda.
- (B) Promover programas de prevenção de incêndio.
- (C) Fomentar iniciativas que visem atrair investimentos, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros.
- (D) Estabelecer programas de treinamento de recursos humanos para a qualificação de mão de obra para o atendimento às demandas existentes.

68. De acordo com o Estatuto da Cidade Lei nº 10.257/2001, é correto afirmar que:

- (A) O proprietário de imóvel considerado subutilizado e que não tenha observado as condições e prazos previstos na legislação municipal para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano, após decorridos cinco anos de cobrança de IPTU progressivo, poderá ter o imóvel desapropriado pelo Município, mediante o pagamento em títulos da dívida pública.
- (B) O possuidor (isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente), os possuidores em estado de comosse e o Ministério Público são partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana.
- (C) Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá instituir direito de preempção, por prazo indeterminado, sobre imóveis localizados em determinada área, o qual será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para regularização fundiária e execução de programas habitacionais de interesse social.
- (D) O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades e substituirá o Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA, previsto na legislação ambiental.

69. A Lei Complementar nº 6, de 09/04/2008, dispõe sobre o ordenamento territorial no Município de Nova Venécia/ES. Considerando as normas relativas ao Zoneamento do Território do Município, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) As Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA poderão ser instituídas em todo o território municipal, em quaisquer das Macrozonas, em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de usos sustentáveis permitidos.
- (B) A Zona de Expansão Urbana é composta por áreas ainda não parceladas, reservadas à futura expansão urbana, sendo admitido o seu loteamento para fins de interesse social, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
- (C) As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são áreas urbanas onde há interesse público em ordenar a ocupação, por meio do desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social nas áreas não utilizadas ou subutilizadas, a partir de regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, não abrangendo os assentamentos habitacionais já existentes e consolidados.
- (D) A Zona Residencial é composta por áreas de uso predominantemente residencial, com alguma concentração de comércio e de serviços de abrangência local.

70. De acordo com as regras de uso do solo urbano do Município de Nova Venécia/ES, é correto afirmar que:

- (A) As atividades classificadas como de uso tolerado devem atender a condições específicas para a sua implantação, a serem definidas segundo as características da zona de uso onde se localizem, e estão condicionadas à anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
- (B) A aprovação dos projetos de reforma e ampliação de edificações já existentes para a implantação de empreendimentos de impacto urbano estão sujeitos à aprovação do Estudo de Impacto à Vizinhança – EIV, dispensada a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento.
- (C) O Poder Executivo Municipal executará as medidas mitigadoras cabíveis para eliminar e/ou reduzir os impactos urbanos, a geração de incômodos e as interferências no tráfego, relativas à implementação de empreendimentos de relevante interesse público.
- (D) A aprovação do empreendimento sujeito à aprovação do Estudo de Impacto à Vizinhança ficará condicionada à execução integral, diretamente pelo interessado, das medidas mitigadoras, corretivas e compensatórias exigidas pelo Poder Executivo Municipal.

71. Sobre o processo de aprovação de loteamentos estabelecido pela Lei Complementar nº 6, de 09/04/2008, marque a afirmativa INCORRETA:

- (A) Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura que defina as diretrizes urbanísticas municipais, mediante a apresentação de documentos como a planta planialtimétrica do terreno, a declaração das concessionárias de serviço público de saneamento básico e energia elétrica quanto a viabilidade de atendimento do local, título de propriedade ou domínio útil e certidão negativa de tributos municipais.
- (B) Fornecidas as diretrizes urbanísticas, o projeto de loteamento deverá ser executado segundo o cronograma de execução aprovado, sob pena, de caducidade da aprovação.
- (C) Na implantação do loteamento, a instalação das redes e equipamentos para o abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica, serão executadas pelas concessionárias de serviço público, de acordo com os respectivos projetos previamente aprovados.
- (D) O alvará de construção será emitido pelo Poder Público Municipal após a aprovação do serviço de engenharia e fiscalização do Município dos projetos respectivos, devendo o interessado requerer à prefeitura, no prazo máximo de cento e oitenta dias, o alvará de execução para início de obras.

72. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) de Nova Venécia/ES, criado pela Lei Municipal nº 2.787/06, é o órgão superior, de natureza consultiva, do sistema de planejamento municipal. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que não corresponde à uma das atribuições da CMDU:

- (A) Definir e executar a política e as diretrizes de desenvolvimento urbano do Município.
- (B) Sugerir alterações no zoneamento e, quando solicitado, opinar sobre propostas apresentadas.
- (C) Analisar propostas de parcelamento do solo, previamente à aprovação do Prefeito Municipal.
- (D) Acompanhar a implementação do Plano Diretor do Município de Nova Venécia.

73. A Lei Municipal nº 2.787/06 prevê alguns instrumentos de participação direta da população nas fases do processo de gestão democrática da cidade. Sobre as referidas instâncias de participação, é correto afirmar que:

- (A) A Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano será composta por delegados eleitos nas entidades e associações públicas ou privadas representativas de classe ou setoriais, garantida a participação de qualquer munícipe.
- (B) O Poder Executivo promoverá audiências públicas referentes a empreendimentos ou atividades suscetíveis de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, com o objetivo de dar publicidade à população, não possuindo, porém, caráter deliberativo.
- (C) As propostas de iniciativa popular, as quais poderão ser tomadas por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município, serão encaminhadas ao Legislativo municipal, independentemente de prévia apreciação pelo Poder Executivo.
- (D) O Sistema Municipal de Informações (SIMIN) ficará responsável pelo registro e gravação das intervenções realizadas em Audiência Pública, para acesso e divulgação públicos.

74. De acordo com o Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente previsto no Código Florestal Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Ocorrida supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação.
- (B) A obrigação de recomposição da vegetação suprimida em Área de Preservação Permanente possui natureza real e é transmitida em caso de transferência do domínio ou posse do imóvel.
- (C) Somente será admitida a exploração econômica de Área de Preservação Permanente nos casos previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama e mediante manejo sustentável.
- (D) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

75. O Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS contempla técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. Segundo o Código Florestal Brasileiro, estão dispensados da aprovação prévia do PMFS pelo órgão competente do Sisnama, EXCETO:

- (A) O manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.
- (B) A coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes.
- (C) Manejo sustentável para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, limitada a exploração anual a 20 (vinte) metros cúbicos.
- (D) A exploração florestal comercial realizada por populações tradicionais.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98

76. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Venécia/ES, são de competência privativa do Município, EXCETO:

- (A) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- (B) Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos.
- (C) Conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas.
- (D) Dispor sobre serviços funerários e de cemitérios.

77. Sobre o Poder Legislativo Municipal, é correto afirmar que:

- (A) A Câmara Municipal de Nova Venécia é integrada pelos seguintes órgãos: Plenário, Comissões Especiais e Comissões Ordinárias.
- (B) Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar podem ser sustados pela Câmara Municipal.
- (C) Compete privativamente à Câmara Municipal deliberar e autorizar a celebração de convênios, ajustes e contratos de interesse do Município.
- (D) À Câmara Municipal cabe dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, direta e indireta.

78. Segundo o regime disciplinar do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia/ES, são situações passíveis de aplicação da pena de demissão, EXCETO:

- (A) Cometimento de crime contra a administração pública.
- (B) Inassiduidade habitual.
- (C) Ofensa física, em serviço, a servidor público ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.
- (D) Manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil.

79. São atribuições das comissões permanentes, definidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, EXCETO:

- (A) Discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas em razão da matéria de sua competência.
- (B) Discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário, inclusive de projetos de lei complementar e em regime de urgência especial e simples.
- (C) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- (D) Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

80. Considerando o processo legislativo estabelecido na Lei Orgânica do Município de Nova Venécia/ES, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Lei Orgânica Municipal pode ser emendada mediante proposta do prefeito ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (B) As leis que fixem ou modifiquem o efetivo da guarda municipal são de iniciativa privativa do prefeito.
- (C) O projeto de lei de iniciativa popular deve ser subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município.
- (D) A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

81. Dentre as hipóteses de perda do mandato de vereador a seguir, assinale a única que depende de decisão da Câmara Municipal, em votação aberta e por maioria de dois terços:

- (A) Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- (B) Perda ou suspensão dos direitos políticos.
- (C) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exerça função remunerada.
- (D) Sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

82. Segundo as normas da Lei Orgânica do Município de Nova Venécia/ES que disciplinam as finanças públicas, é correto afirmar que:

- (A) O Plenário da Câmara Municipal apreciará os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.
- (B) A execução de projeto, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro estão condicionadas à elaboração de orçamentos plurianuais de investimentos.
- (C) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes Executivo e Legislativo, excluídas as autarquias municipais, que possuem orçamento próprio.
- (D) São vedados a abertura de crédito suplementar, especial ou extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

83. São atribuições do órgão Plenário da Câmara Municipal, previstas em seu Regimento Interno, EXCETO:

- (A) Discutir e votar o orçamento anual, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias.
- (B) Convocar os auxiliares diretos do prefeito para explicações sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público.
- (C) Propor a realização de consulta popular, na forma da Lei Orgânica Municipal.
- (D) Propor as resoluções e os decretos legislativos que fixem ou atualizem a remuneração do prefeito, vice-prefeito e vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal.

84. De acordo com as normas do Regimento Interno da Câmara Municipal atinentes à interrupção e suspensão do exercício da vereança, assinale a alternativa correta:

- (A) O vereador poderá licenciar-se, independentemente de deliberação do Plenário, por moléstia grave.
- (B) O pedido de licença formulado por vereador para tratar de interesses particulares, por prazo inferior a cento e oitenta dias, somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores.
- (C) O vereador investido no cargo de secretário municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado.
- (D) A extinção do mandato de vereador se torna efetiva a partir do decreto legislativo, promulgado pelo presidente e devidamente publicado.

85. Sobre a competência de cada uma das comissões permanentes da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se-á sobre a conveniência, utilidade e oportunidade do mérito da proposição submetida à sua apreciação, principalmente quando for o caso de plano plurianual, diretrizes e propostas orçamentárias.
- (B) Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos e/ou empréstimos públicos devem ser submetidas à avaliação da Comissão de Finanças e Orçamento.
- (C) Serão obrigatoriamente submetidas à apreciação da Comissão de Educação, Saúde e Assistência as proposições que tenham por objetivo a concessão de bolsa de estudos, reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação e saúde e a implantação de centros comunitários, sob auspício oficial.
- (D) À Comissão de Obras e Serviços Públicos compete opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

86. Assinale a alternativa que não corresponde à uma das competências atribuídas pelo Regimento Interno ao Presidente da Câmara Municipal:

- (A) Representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário.
- (B) Organizar o Expediente e a Ordem do Dia.
- (C) Declarar extinto o mandato do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores, nos casos previstos em lei.
- (D) Requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara.

87. Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia/ES, é correto afirmar que:

- (A) A concessão de licença para tratamento de saúde por período superior a trinta dias dependerá da apresentação de atestado expedido por médico particular ou laudo oficial.
- (B) Será concedida licença, sem vencimentos, ao servidor convocado para o serviço militar ou outros encargos da segurança nacional.
- (C) Ao servidor que exerça encargos de chefia ou direção, poderá ser concedida licença com vencimentos e vantagens integrais para promoção de sua campanha eleitoral.
- (D) O servidor poderá obter licença remunerada em razão de doença em pessoa da família, desde que prove ser indispensável à sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

88. Julgue as assertivas a seguir, de acordo com as regras de acumulação de cargos dos servidores públicos municipais de Nova Venécia/ES:

- I. O servidor municipal poderá acumular dois cargos de professor, o de professor com outro técnico ou científico ou de professor com outro de juiz, desde que haja compatibilidade de horários.
- II. O ocupante de dois cargos efetivos em regime de acumulação poderá ser investido em cargo de provimento em comissão, continuando a exercer todas as funções públicas, concomitantemente.
- III. Verificada a acumulação proibida, o servidor público de boa-fé poderá optar por um dos cargos, devendo restituir o recebido indevidamente no exercício do cargo a que renunciar.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente a afirmativa I.
- (B) As afirmativas I e III.
- (C) As afirmativas II e III.
- (D) Todas as afirmativas estão erradas.

89. O primeiro artigo do texto de uma lei indicará o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação. De acordo com as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/98, são princípios que devem ser observados na elaboração desse tipo de dispositivo, EXCETO:

- (A) Cada lei tratará de um único objeto, excetuadas as codificações.
- (B) A lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.
- (C) O mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, desde que a lei subsequente faça remissão expressa à anterior.
- (D) O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva.

90. A alteração de lei poderá ser feita por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo. Sobre as regras que devem orientar a alteração de leis, assinale a alternativa correta:

- (A) Quando se mostrar recomendável, os artigos e unidades superiores ao artigo poderão ser renumerados.
- (B) É vedado o aproveitamento do número de dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão “declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal”, ou “execução suspensa pelo Senado Federal”.
- (C) É admissível o aproveitamento de número de dispositivo revogado ou vetado, desde que identificado no texto a redação original do dispositivo alterado.
- (D) É admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo.

EM BRANCO